



GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO
DE CÚPULAS (GRIC)
Primeira Reunião Ordinária de 2022
3 e 4 de fevereiro de 2022
Virtual

OEA/Ser.E
GRIC/O.1/doc.91/22
13 abril 2022
Original: espanhol

RELATÓRIO FINAL

O Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos e Presidente da Reunião do GRIC, Kevin O'Reilly, deu as boas-vindas às Coordenadoras e aos Coordenadores Nacionais do Processo de Cúpulas e aos ilustres delegados, ao Secretário-Geral da OEA e aos representantes das instituições do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC). A lista de participantes foi publicada como documento [GRIC/O.1.doc.92/22 rev.1](#).

Discurso de abertura a cargo do Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos, Kevin O'Reilly

O discurso pronunciado pelo Presidente do GRIC, Kevin O'Reilly, foi publicado como documento [GRIC/O.1/INF.25/22](#).

O Presidente agradeceu às presentes e aos presentes a participação na Primeira Reunião Ordinária do GRIC de 2022 e anunciou a abertura oficial das discussões sobre o Calendário da Cúpula e os procedimentos de trabalho, bem como sobre os Projetos de Compromisso Político. Anunciou que o tema da próxima Cúpula será: "Construindo um futuro sustentável, resiliente e igualitário". Acrescentou que se espera que a Cúpula responda às necessidades e prioridades das habitantes e dos habitantes do Hemisfério, e destacou que os Estados Unidos estão comprometidos com a união da região para abordar desafios comuns.

Discurso do Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro

O discurso do Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, foi publicado como documento [GRIC/O.1/INF.26/22](#).

O Secretário-Geral da OEA destacou diversos resultados do processo de Cúpulas, como a aprovação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Carta Democrática Interamericana e do Compromisso de Lima. Também fez menção aos avanços normativos decorrentes do Compromisso de Lima e destacou o papel de seu Mecanismo de Acompanhamento e Implementação no fortalecimento da capacidade dos Estados em coordenação com o GTCC.

Do mesmo modo, instou a que se aprofunde a cooperação nos temas identificados pelos atores de Cúpulas, a fim de que se fortaleça o Sistema Interamericano, em conformidade com os desafios suscitados pelas cidadãs e pelos cidadãos da região. Também incentivou as Coordenadoras e os Coordenadores de Cúpulas a que considerem as recomendações do GTCC e dos processos ministeriais.

1. Exposição dos planos dos fóruns das partes interessadas

a) Exposição da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, a cargo do Senhor Neil Herrington, sobre a Quarta Cúpula Empresarial

Em sua intervenção, o Senhor Herrington destacou o imperativo fundamental de que os setores público e privado da região se unam para chegar a consenso e elaborar um plano de ação sobre políticas, que impulse a recuperação econômica inclusiva, sustentável, equitativa e resiliente. Também esclareceu que, para a Cúpula de CEO [CEO *Summit*], a Câmara de Comércio dos Estados Unidos pode gerar consenso em torno de um conjunto de prioridades que ajudem a estimular a recuperação hemisférica, tais como: promover o comércio e cadeias de abastecimento resilientes, aproveitar o poder da digitalização para melhorar a transparência, a inclusão e o crescimento, melhorar a resiliência das economias de saúde regionais, fortalecer a adesão regional ao Estado de Direito, acelerar a transição para a energia verde e empoderar as pequenas e médias empresas.

b) Exposição do Fundo para Jovens Empresários das Américas sobre o Fórum da Juventude das Américas

A exposição do YABT sobre o Fórum da Juventude das Américas esteve a cargo da Senhora Valerie Lorena, e foi publicada como documento [GRIC/O.1/INF.28/22](#).

A Senhora Lorena abordou a necessidade do envolvimento da juventude e da criação de espaços para a participação de jovens. Enumerou as quatro principais preocupações desse grupo: mudança do clima, covid-19, colaboração com a juventude e combate à corrupção. Finalmente, anunciou que a Sexta Edição se levará a cabo na semana de 6 de junho, em Los Angeles, como antessala da Nona Cúpula das Américas, com o tema de trabalho “A juventude das Américas: aliada para a prosperidade”, e convidou os participantes do GRIC a conhecer de perto as propostas do Fórum.

c) Exposição do Embaixador James Lambert, Secretário de Assuntos Hemisféricos da OEA, sobre o Fórum da Sociedade Civil

A exposição sobre o Fórum da Sociedade Civil esteve a cargo do Embaixador James Lambert, e foi publicada como documento [GRIC/O.1/INF.29/22](#).

O Embaixador Lambert destacou que, desde o início, as Cúpulas das Américas promoveram a participação da sociedade civil, e que a Secretaria de Cúpulas criou diferentes espaços para seu envolvimento. Descreveu as atividades contempladas entre fevereiro e maio de 2022, em especial a instituição de Grupos de Trabalho Temático-Regionais e do Diálogo Hemisférico entre porta-vozes regionais e funcionários governamentais. Também detalhou o processo de participação na Nona Cúpula, abordando a questão das solicitações e dos credenciamentos.

A respeito das atividades a serem realizadas no âmbito da Nona Cúpula, destacou o Fórum Hemisférico da Sociedade Civil e Atores Sociais, que inclui uma Feira de Iniciativas e Workshops Temáticos. Do mesmo modo, esclareceu que a segunda atividade contemplada é o Diálogo entre a Sociedade Civil e Altas Autoridades de Governo, simultaneamente à concretização dos planos de realização de uma Mesa-Redonda de Partes Interessadas da Cúpula, em seu âmbito. Finalmente, enumerou os fóruns que se institucionalizaram mediante o processo de Cúpulas, inclusive o Fórum da Sociedade Civil e Atores Sociais, a Cúpula Empresarial das Américas e o Fórum da Juventude das Américas, convidando a que se promova igualmente a participação ativa de outros atores que também participam do processo, inclusive afrodescendentes e organizações de mulheres, entre outros.

d) Consideração e aprovação do calendário provisório e dos procedimentos de trabalho da Nona Cúpula das Américas

Apresentação do calendário provisório e dos procedimentos de trabalho, a cargo do Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos, Kevin O'Reilly

O Senhor Kevin O'Reilly submeteu à consideração do GRIC a Proposta de Calendário Provisório e dos Procedimentos de Trabalho da Nona Cúpula das Américas. Suas palavras foram publicadas como documento [GRIC/O.1/INF.30/22](#).

O Senhor O'Reilly destacou que foi programada uma reunião do GRIC a cada três ou quatro semanas até o final de maio, e que se contempla uma reunião do GRIC, de âmbito ministerial, anteriormente à Nona Cúpula, cuja data será anunciada mais adiante. Também anunciou que, em meados de março, esperam abrigar uma reunião com as Autoridades de Alto Nível do GTCC.

Esclareceu ainda que, em lugar de buscar uma declaração de consenso, propõe-se que o GRIC negocie cinco compromissos separados em apoio ao tema da Cúpula. Nesse sentido, anunciou que entendem que isso pode significar que o GRIC siga adiante com uma grande coalizão, caso não se consiga um consenso sobre alguns dos compromissos. Acrescentou que serão criados Grupos de Trabalho Temáticos informais destinados a aperfeiçoar os compromissos entre as reuniões do GRIC, e convidou os países a liderar ou coliderar esses grupos.

Comentários das delegações

As delegações da Venezuela, El Salvador, Peru, Paraguai, Colômbia, Equador, Argentina e Trinidad e Tobago manifestaram sua aprovação ao calendário e à metodologia de trabalho proposta.

O Delegado da Venezuela, Demóstenes Quijada, reiterou a solicitação de seu Coordenador Nacional, na reunião passada do GRIC, de incluir no final do tema da Cúpula a palavra “inclusivo”, dado que contribui para refletir o espírito geral da Cúpula. Do mesmo modo, declarou que solicitarão que se incorpore o tema “Crise Migratória no Hemisfério” como um dos temas centrais, devido a seu impacto na região.

A Coordenadora Nacional de Cúpulas de El Salvador, Rina Yessenia Lozano, reconheceu que é fundamental preparar os elementos a serem discutidos na reunião da Presidência com as Altas Autoridades do GTCC, em 14 de março, a fim de aproveitar esse espaço de discussão. Ao mesmo

tempo, manifestou seu interesse em se somar aos Grupos de Trabalho do Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência, Acelerando a Transição para a Energia Limpa e Programa Regional para a Transformação Digital.

Com respeito aos Projetos de Compromisso Político, o Embaixador George Talbot, da Guiana, solicitou um esclarecimento sobre a ideia de não incluir compromissos específicos relacionados ao crescimento e à prosperidade.

O Delegado do Paraguai, Ministro Raúl Martínez, mencionou que buscam que se assegurem espaços de negociação informais, com tempo para que as delegações analisem os documentos. Também consultou se as reuniões dos Grupos de Trabalho estão programadas para antes da Segunda Reunião do GRIC, e se as Presidências deviam ser aprovadas pelo GRIC ou designadas pelos Estados Unidos. Finalmente, indagou se os Grupos de Trabalho são abertos a todos os Estados.

A Presidência informou que foram estabelecidas diretrizes gerais para cada área de trabalho e salientou que, embora funcionem nesse âmbito, os grupos de trabalho têm o objetivo de aprofundar propostas, com mais detalhes. O Senhor O'Reilly acrescentou que os grupos de trabalho estão abertos a todas as delegações do GRIC, e declarou que esses grupos serão ativados após a Primeira Reunião do GRIC. Com respeito ao tema equidade e aos documentos distribuídos, o Presidente mencionou que esperam que esse conceito seja transversal a todas as prioridades apresentadas.

O Delegado da Colômbia, Mauricio Baquero Pardo, ressaltou que o tema escolhido é compatível com a conjuntura vivida nesses últimos anos. Em especial, destacou os ingredientes de sustentabilidade, equidade e democracia, ao mesmo tempo que fez menção especial ao interesse da Colômbia no Grupo de Trabalho do Programa Regional para a Transformação Digital. Do mesmo modo, agradeceu as exposições dos representantes dos fóruns das partes interessadas, já que considera vital o envolvimento desses atores ao longo da trajetória até a Nona Cúpula.

O Coordenador Nacional de Cúpulas do Brasil, Maximiliano Barbosa Fraga, salientou que os documentos distribuídos representam uma boa base para as discussões que se iniciam. A respeito dos procedimentos de trabalho, indagou se o Documento Conceitual abordado na reunião anterior do GRIC seria objeto de discussões e se se espera que os países participantes apoiem os cinco projetos apresentados, e solicitou mais detalhes sobre como vem sendo organizada a participação da sociedade civil e, particularmente, a do setor privado. Também perguntou se o governo dos Estados Unidos ou a Câmara de Comércio dos Estados Unidos vem estabelecendo contatos diretos com o setor empresarial dos países participantes. Além disso, propôs a criação de um ponto de contato no governo do país anfitrião e na Secretaria de Cúpulas para o esclarecimento de questões de procedimento durante esse processo de preparação.

Por outro lado, o Coordenador Nacional do Brasil mencionou que, diferentemente dos demais temas, o relacionado a crescimento equitativo e prosperidade não foi transformado em um Projeto de Compromisso específico. Nesse sentido, considera que essa seção é de grande relevância para a Cúpula, assim como o investimento e o combate à pobreza e as referências às cadeias de abastecimento e ao comércio. Solicitou que esses pontos sejam incorporados de forma mais clara aos documentos, ou que se elabore um documento independente.

O Presidente esclareceu que os documentos distribuídos para a Segunda Reunião do GRIC foram preparados com o propósito de ser discutidos, mais do que aprovados. Também afirmou que,

dadas as demoras impostas pela pandemia e o curto período disponível, haverá temas para os quais não se disporá de tempo suficiente para se chegar a consenso, e acrescentou que, caso não se consiga, se tentará encontrar possíveis áreas de acordo mais amplas. Quanto aos pontos de contato, explicou que trabalharão com a Secretaria de Cúpulas e consultarão suas contrapartes sobre esse tema.

O Coordenador Nacional de Cúpulas do Equador, Embaixador Diego Morejón Pazmiño, apoiou os temas propostos e ressaltou o interesse de seu país no tema Nosso Futuro Verde, ao destacar sua ação mundialmente reconhecida em matéria de desenvolvimento sustentável e mudança do clima.

O Coordenador Nacional da Argentina, Embaixador Juan Carlos Valle Raleigh, manifestou o interesse de seu país em coordenar o Grupo de Saúde e Resiliência. Ao mesmo tempo, ressaltou que também identificaram que o único documento que não estava presente era o relativo a crescimento com prosperidade e equidade. Nesse sentido, sugeriu um esforço adicional para abranger esse tema, esclarecendo que não vê a possibilidade de sua inclusão em outro eixo. Acrescentou que a recuperação econômica pós-pandemia é, provavelmente, a maior preocupação das Américas, razão pela qual a Cúpula é uma ocasião para abordá-la. Finalmente, declarou que a presença argentina na reunião não implica o reconhecimento de delegações que não foram devidamente designadas por seus governos.

O Presidente agradeceu ao Coordenador Nacional da Argentina as prioridades citadas e acrescentou que os Estados Unidos compartilham e reconhecem os aspectos mencionados. Da mesma forma, destacou que fora um prazer para seu país trabalhar com muitos governos do Hemisfério, a fim de responder aos desafios em matéria de saúde, com cooperação científica e doações de vacinas, e declarou que desejam continuar trabalhando com esse espírito ao longo desse processo.

O Coordenador Nacional Adjunto do Uruguai, Embaixador Gustavo Álvarez, mencionou que sua delegação não vê inconvenientes no calendário. Ao mesmo tempo, esclareceu que seu país expressará suas opiniões sobre os Projetos de Compromisso Político posteriormente, após a realização de consultas internas. Finalmente, reiterou a disposição do Uruguai de atuar nos Grupos de Trabalho.

A Delegação de El Salvador reiterou sua intenção de liderar os grupos correspondentes ao Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência, Acelerando a Transição para a Energia Limpa e Programa Regional para a Transformação Digital.

O Coordenador Nacional do México, Efraín Guadarrama Pérez, afirmou que sua delegação vê de maneira positiva o tema da Nona Cúpula, uma vez que engloba os desafios atuais e reflete o interesse do Hemisfério em incluir a recuperação pós-pandemia. Sobre os Projetos de Compromisso, declarou que serão canalizados para o interior de seu governo para receber comentários.

A Coordenadora Nacional Adjunta da Guatemala, Embaixadora Ana Isabel Carrillo Fabián, esclareceu que desejam participar de todos os Grupos de Trabalho. Também solicitou mais informação sobre como funcionam, se as reuniões serão presenciais ou virtuais, e sua periodicidade.

A Delegação da Venezuela antecipou que deseja se incorporar ao Grupo de Trabalho de Governabilidade Democrática.

O Presidente salientou que se espera que esses grupos permaneçam em formato virtual, pelo menos durante a etapa inicial.

A Representante Permanente da Costa Rica junto à OEA, Embaixadora Alejandra Solano Cabalceta, salientou que coincidem quanto ao tema proposto. Destacou que os documentos enviados lhes parecem sensatos e esclareceu que se encontram em consultas internas. Sobre os Grupos de Trabalho, declarou o interesse de seu país, em especial no Grupo de Democracia, embora tenha mencionado que também gostariam de contribuir ativamente para os demais grupos.

O Coordenador Nacional do Chile, Embaixador Fernando Velasco, elogiou a informação prestada sobre a Quarta Cúpula Empresarial e o Fórum da Juventude, bem como a exposição do Fórum da Sociedade Civil. Do mesmo modo, declarou que é fundamental que se mantenham esses espaços de participação. A respeito dos Projetos de Compromisso, destacou que vêm sendo analisados e que apresentarão suas observações por escrito, embora coincidam em termos gerais quanto a sua relevância. Manifestou seu apoio à necessidade de incluir o tema crescimento com prosperidade e equidade.

O Embaixador Héctor Arce Zaconeta, da Delegação da Bolívia, afirmou que todos os temas sugeridos são fundamentais. Também declarou que os documentos serão avaliados e que oportunamente se pronunciarão sobre seu conteúdo. Ressaltou que a Bolívia luta pelos princípios de defesa dos direitos humanos, governabilidade democrática e, sobretudo, pela autodeterminação dos povos. Finalmente, acrescentou que a Bolívia não apoia a presença na reunião de delegações sem legitimidade ou representação.

O Coordenador Nacional de Cúpulas de Trinidad e Tobago, Embaixador Anthony W.J. Phillips-Spencer, agradeceu as palavras do Secretário-Geral da OEA. Destacou que, na última Assembleia Geral, foram aprovadas várias resoluções que facilmente poderiam ser integradas no mesmo rumo traçado pela Presidência. Do mesmo modo, agradeceu as exposições dos fóruns das partes interessadas, em especial as exposições da juventude e do setor privado. Acrescentou que Trinidad e Tobago já realizou consultas a esse respeito, com o apoio da Secretaria de Assuntos Hemisféricos e da Secretaria de Cúpulas.

Quanto aos grupos de trabalho, afirmou que agradece a oportunidade de participar de áreas em que têm grande interesse e capacidade, e solicitou um esclarecimento com respeito ao processo das funções diretivas dos grupos. Quanto aos cinco projetos, reconheceu o esforço para que os temas transversais estejam refletidos nos cinco documentos. Citou o exemplo de saúde e resiliência, que vincula com precisão as realidades da saúde e da resiliência. Ao mesmo tempo, sugeriu ampliá-lo, para incluir as dimensões de resiliência, especialmente os fatores sociais, econômicos e ambientais. Acrescentou que poderia ser uma boa maneira de conciliar as preocupações de incluir a dimensão econômica da recuperação.

O Presidente destacou que espera que os grupos de trabalho se baseiem nos conhecimentos dos organismos do GTCC, apoiando-se neles como observadores. Quanto ao formato dos eventos, esclareceu que grande parte do trabalho anterior a junho será realizado em formato virtual, e que esperam que, quando estejam mais próximos da data da Cúpula, os eventos sejam presenciais. Quanto aos grupos de trabalho, salientou que se espera que as reuniões sejam realizadas em inglês e espanhol e que sejam abertos a todos os países participantes.

Não havendo observações adicionais sobre o documento, o calendário nocional da Nona Cúpula das Américas foi aprovado e publicado como documento [GRIC/O.1/doc.66/22 rev.1](#).

e) **Debate sobre o projeto de compromisso político: Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas**

Exposição do Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos, Kevin O'Reilly

O Presidente anunciou que foram preparados cinco Projetos de Compromisso Político : em primeiro lugar, uma proposta para um “Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas”, para fortalecer os sistemas de saúde e a preparação para pandemias; em segundo, “Nosso Futuro Verde”, para abordar a crise climática mediante a conservação e a restauração dos ecossistemas; em terceiro, “Acelerando a Transição para a Energia Limpa”, a fim de estabelecer definições claras e aumentar o comércio e o investimento; em quarto, o “Programa Regional para a Transformação Digital”, a fim de adotar princípios comuns e estabelecer o primeiro programa regional para a transformação digital; e em quinto, o “Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática”, que estabelece ações concretas para implementar os compromissos comuns da região em matéria de democracia, transparência, combate à corrupção e participação cidadã. O Presidente acrescentou que os primeiros quatro documentos que descrevem as medidas que os governos tomariam depois da Nona Cúpula seriam aprovados na Nona Cúpula.

O Senhor O'Reilly anunciou também que o primeiro projeto de compromisso a ser discutido será o Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas, o qual foi distribuído como documento [GRIC/O.1/doc.67/22](#). Destacou que esses compromissos propõem que os líderes se comprometam a estabelecer um plano de ação interamericano que fortaleça a capacidade e a resiliência dos sistemas de saúde e a preparação para pandemias e encarregue os ministros e outras autoridades competentes de chegar a um consenso sobre o plano de ação da Décima Cúpula. Também salientou que, como parte desse plano, propõe-se que os líderes adotem um enfoque do plenário do governo para abordar os problemas sistêmicos e impulsionar uma recuperação inclusiva que leve em conta os problemas interseccionais que as comunidades vulneráveis e historicamente marginalizadas enfrentam.

Comentários das delegações

As delegações do Peru, El Salvador, Trinidad e Tobago, Jamaica, República Dominicana, Paraguai, Barbados e Guatemala manifestaram seu apoio ao Projeto de Compromisso Político: “Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas” apresentado. Ao mesmo tempo, as delegações de El Salvador, Argentina, Jamaica, República Dominicana, Guiana e Paraguai ressaltaram que vêm realizando consultas internas para prestar mais informação sobre seu posicionamento.

O Coordenador Nacional do Peru, Paul Fernando Duclós Parodi, ressaltou que a solidariedade e a equidade devem ser reunidas como planos que sustentem o Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência, enquanto a cobertura sanitária universal e o acesso a serviços de saúde de qualidade, medicamentos e vacinas devem ser o horizonte comum para o qual se deve avançar, em concordância com a Agenda 2030 da ONU. Destacou que creem ser necessário levar em conta outras questões centrais, como as desigualdades no desenvolvimento dos sistemas de saúde, o impacto da pobreza como o principal fator de falta de acesso a serviços e a importância de que as instituições financeiras internacionais concedam financiamento em condições favoráveis. Do mesmo modo,

ressaltou a relevância da cooperação e da transferência tecnológica para expandir e melhorar a prestação dos serviços sanitários. Finalmente, expressou o desejo do Peru de coliderar o tema, bem como o de governabilidade democrática.

A Embaixadora Wendy Jeannette Acevedo, Delegada de El Salvador, coincidiu em reforçar a capacitação de profissionais, proporcionar-lhes mais ferramentas tecnológicas, e avançar na pesquisa científica. Do mesmo modo, ofereceu seu apoio e direção ao Grupo de Trabalho. A delegada mencionou diversas políticas implementadas por seu governo para fazer frente à crise da covid-19, ao destacar o reconhecimento por parte da Organização Mundial da Saúde.

O Coordenador Nacional de Trinidad e Tobago solicitou que se considere uma expressão mais ampla com respeito às repercussões da experiência da pandemia na resiliência, e reconheceu que além dos desafios médicos à resiliência, destacam-se desafios relacionados à vida social e econômica. Nesse sentido, o coordenador ressaltou que o documento poderia ser fortalecido com a abordagem da segurança alimentar e nutricional, a resistência aos antimicrobianos e a necessidade de um enfoque normativo integrado para aproveitar os benefícios daquilo que se propôs como um programa de “uma só saúde”.

A Coordenadora Nacional do Canadá, Sarah Cohen, salientou o cronograma do Plano e sua coincidência com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e apoiou a ideia das respostas à pandemia centradas nas pessoas, bem como a ênfase na equidade, na igualdade e na interseccionalidade. Ao mesmo tempo, afirmou que o Canadá acolhe com agrado o acréscimo de uma referência aos migrantes como grupo vulnerável de importância para a região. Do mesmo modo, anunciou que trabalharão com os governos para fortalecer a redação sobre a necessidade de ação sensível às questões de gênero e estratégias para trabalhar com organizações de direitos das mulheres, e para encontrar formas de destacar a importância do acesso a serviços sexuais e reprodutivos.

Acrescentou que tomam nota da proposta para examinar os mecanismos de financiamento do desenvolvimento atuais, ao mesmo tempo que se estabelecem vínculos com as instituições financeiras internacionais e o setor privado para fortalecer os sistemas de saúde. Nesse sentido, citou a iniciativa sobre *Financiamento para o Desenvolvimento na Era da covid-19 e Mais Além*, liderada pelo Canadá e pela Jamaica, e sugeriu que poderia ser útil para encontrar opções normativas e para traçar o Plano de Ação. Por último, reconheceu o problema que a mudança do clima representa para os sistemas de saúde e incentivou uma discussão sobre a construção de sistemas de saúde que incluam medidas de adaptação climática.

O Embaixador Valle Raleigh reiterou a disposição argentina de presidir o Grupo de Saúde e Resiliência. Ao mesmo tempo, ressaltou que o tema vem sendo tratado no âmbito do Plano de Autossuficiência Sanitário, junto à CELAC e à CEPAL.

O Presidente agradeceu ao Coordenador Nacional da Argentina e destacou que a proposta de compromisso aborda a pandemia e como seus efeitos atravessam vários temas, muitos deles de grande impacto econômico e social.

A Coordenadora Nacional da Jamaica, Embaixadora Janice Miller, também apoiou a ideia de tratar esse documento com um enfoque amplo. Apoiou a ênfase em uma estratégia centrada nas pessoas, embora tenha ressaltado que essa estratégia não deve excluir nenhum grupo em particular, e acrescentou que o país enviará comentários a respeito do assunto.

A Embaixadora Anabel Bueno, da República Dominicana, abordou os eixos do documento Avaliação das Necessidades de Recuperação dos Impactos da covid-19 na República Dominicana, os quais são: proteção social e redução de lacunas de desigualdade, recuperação social inclusiva e transformadora, recuperação econômica sustentável aceleradora da mudança, sustentabilidade e redução de riscos para responder à crise e aprender com ela, e governança e transformação digital para a resiliência. Por outro lado, reafirmou seu compromisso de impulsionar a integração regional e destacou que, para superar os desafios da pandemia, a gestão para o desenvolvimento sustentável, instituições democráticas e o respeito aos direitos humanos são fundamentais.

O Embaixador Talbot, da Delegação da Guiana, apoiou a necessidade de um tratamento mais amplo do aspecto de resiliência do documento, especialmente a dimensão econômica do crescimento. Fez um apelo para que se reflita mais claramente sobre a importância do fortalecimento de toda a cadeia de resposta às situações de saúde, com enfoque na produção de vacinas e tecnologias.

O Presidente salientou a importância do trabalho conjunto para coordenar as cadeias de abastecimento médico, fortalecer a cooperação e aumentar os intercâmbios de informações. Acrescentou que o texto confere prioridade a metas ambiciosas de saúde pública e ao melhoramento da coordenação regional para aumentar a segurança em matéria de saúde, com vistas a maior resiliência.

O Coordenador Nacional do Equador pediu que os países do Hemisfério trabalhem para que se consiga uma distribuição equitativa das vacinas, bem como que se aumente a capacidade de produzir medicamentos e tecnologias, que se revitalize a imunização como um bem público e que se inste as instituições financeiras internacionais a que concedam financiamento favorável. Nesse sentido, sugeriu que se incentivem as iniciativas de diálogo com a OPAS e a OMS para a aquisição de vacinas e tecnologias, que se crie uma plataforma regional para a produção de insumos, que se promova a transferência de tecnologia para a produção de vacinas e que se construa um repositório de acesso a tecnologias para a covid-19, entre outros.

O Coordenador Nacional do Paraguai, Embaixador Carlos Ramiro Martínez, salientou que há dificuldades com algumas partes do documento, já que excedem sua legislação, embora tenha afirmado que contribuirão construtivamente com algumas sugestões nesse sentido.

O Representante Permanente de Barbados junto à OEA, Embaixador Noel Lynch, salientou a necessidade de que se destaque o aspecto de preparação para pandemias. Em especial, abordou a questão da resistência aos antimicrobianos.

A Embaixadora Carrillo Fabián, da Guatemala, enfatizou a necessidade de que se trabalhe na promoção da harmonização e convergência das normas que regem os sistemas de saúde nas Américas, se examine o mecanismo de financiamento na área estratégica para melhorar a resposta institucional e na abordagem dos direitos humanos e da acessibilidade em todos os aspectos do Plano de Ação. Finalmente, ressaltou seu interesse em fazer parte do grupo temático.

A Delegação da Colômbia destacou que o Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência deve ser executado com a brevidade possível, razão pela qual solicitou que se antecipe a data de 2030 disposta no primeiro parágrafo. Em segundo lugar, coincidiu em fazer menção especial aos migrantes como grupos vulneráveis. Finalmente, quanto aos mecanismos de financiamento, ressaltou que o tema deve

focalizar não só a resiliência, mas a segurança sanitária, motivo por que se solicitou uma menção a esse termo no item c do terceiro parágrafo.

O Presidente agradeceu a todas as delegações e ofereceu a palavra aos representantes do GTCC que desejassem expor seus pontos de vista sobre esses compromissos.

A Diretora Adjunta da Organização Pan-Americana da Saúde, Mary Lou Valdez, comemorou a inclusão da saúde e da resiliência como um dos pilares do programa da Cúpula. Também destacou que, dado o contexto atual, seria fundamental reconhecer que a recuperação e a resiliência só podem ser obtidas se investirmos na saúde. Além disso, afirmou que os elementos incluídos no Plano de Ação são um bom ponto de partida, especialmente no que diz respeito à expansão da capacidade de produção, ao reforço da preparação e resposta para pandemias e à assistência humanitária, bem como à criação de sistemas de saúde resilientes.

f) Debate sobre o projeto de compromisso político: Nosso Futuro Verde

Exposição do Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos, Kevin O'Reilly

O Senhor O'Reilly apresentou o Projeto de Compromisso Político: Nosso Futuro Verde, o qual foi distribuído como documento [GRIC/O.1/doc.68/22](#). Destacou que o documento propõe compromissos para: promover a “Declaração de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra”, os compromissos nacionais sobre desmatamento e conservação, e o trabalho regional destinado a eliminar o desmatamento e a conservar os ecossistemas; diminuir a quantidade de carbono emitido pelo uso da terra e aumentar o armazenamento de carbono, como, por exemplo, mediante o apoio à agricultura climaticamente inteligente; aproveitar o poder do oceano e de outras extensões de água para reduzir o efeito da mudança do clima, bem como para combater a contaminação plástica do oceano; e acelerar a adaptação à mudança do clima mediante a implementação de planos nacionais de adaptação, a criação de resiliência, o estabelecimento de sistemas de acompanhamento e avaliação, o intercâmbio de informações e a educação da próxima geração de formuladores de políticas de adaptação.

O Presidente insistiu em que esse compromisso tem o propósito de determinar áreas nas quais o Hemisfério possa ser um exemplo para o mundo. Do mesmo modo, reconheceu que os mais afetados pela mudança do clima costumam ser os mais vulneráveis. Nesse sentido, esclareceu que esses compromissos salientam o compromisso das partes interessadas com os povos indígenas, as populações afrodescendentes, as mulheres e as meninas e outras comunidades desfavorecidas.

Comentários das delegações

As delegações do Panamá, Peru, Jamaica, Guiana, Canadá, Equador, El Salvador, República Dominicana, Colômbia e Guatemala manifestaram seu apoio ao Projeto de Compromisso Político: “Nosso futuro verde” apresentado.

O Panamá destacou que está pronto para trabalhar na melhoria da redação dessas iniciativas e solicitou que fique consignado que contribuirá por via eletrônica.

O Coordenador Nacional do Brasil destacou a necessidade de que se disponha de um documento específico sobre desenvolvimento, integração econômica, investimento e cadeias

produtivas. Ao mesmo tempo, propôs que seu país apresente uma proposta específica sobre esses temas. A respeito do documento “Nosso futuro verde”, considerou que, diferentemente do documento de energia, apresenta um nível de detalhamento demasiado elevado que parece não corresponder ao dos demais documentos. e que excederia os limites estabelecidos na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e no Acordo de Paris.

Por outro lado, explicou que o Brasil tem dificuldades significativas com os parágrafos 1b e 1c: ressaltou que apresentam metas que excedem as Cúpulas, com uma definição de diretrizes sobre mudança do clima que parecem não estar de acordo com convenções prévias. Ao mesmo tempo, introduziu o conceito de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, disposto no Acordo de Paris.

Também propôs menção à eliminação dos subsídios agrícolas e a um aumento do financiamento climático internacional disponível, em favor de iniciativas de agricultura de baixo carbono. Finalmente, ressaltou a necessidade do aumento dos recursos financeiros e tecnológicos para as economias de baixo carbono na região e para fortalecer a resiliência ante desastres.

O Coordenador Nacional do Peru anunciou que participará ativamente da negociação do documento, ao mesmo tempo que solicitou que se dispense atenção tanto às metas propostas como aos meios dispostos para alcançá-las. Apoiou o princípio de responsabilidade comum, mas diferenciada, bem como o reconhecimento da cooperação e do financiamento internacional como elementos imprescindíveis para o cumprimento dos objetivos de redução de efeitos e adaptação. Finalmente, destacou a importância de que sejam considerados os avanços e compromissos assumidos previamente nos foros multilaterais especializados, a fim de complementar esses esforços em lugar de duplicá-los.

A Embaixadora Miller, da Jamaica, destacou o interesse de seu país em fazer parte desse grupo. Recebeu com satisfação a redução dos riscos ambientais, as leis de biodiversidade, as medidas de adaptação e redução de efeitos, a gestão sustentável dos resíduos e a atenção aos resíduos marinhos. Solicitou a inclusão de planos de ação relacionados ao oceano e à economia azul. Comentou ainda sobre a necessidade de se incorporar o desenvolvimento de competências, o financiamento e a resiliência ante desastres.

A Delegação da Guiana salientou que deverá avaliar a concordância do documento com suas prioridades nacionais, bem como com suas obrigações internacionais. A delegação se referiu à menção da Declaração de Glasgow, no parágrafo 1º, e perguntou se todos os seus compromissos concordam claramente com essa declaração. Em relação à alínea “a” da mesma seção, indagou se o compromisso sobre desmatamento era demasiado limitado, dado que há outras áreas nas quais se poderia avançar. Também solicitou que o projeto inclua um enfoque mais substantivo sobre o financiamento. A Delegação da Guiana afirmou ainda que o enfoque na redução de efeitos parecia limitado.

A Coordenadora Nacional do Canadá elogiou a ambição e o alcance do documento. Recebeu com satisfação as referências às soluções baseadas na natureza, o apelo para juntar-se à Missão de Inovação Agrícola para o Clima, a referência à necessidade de se contar com a participação dos povos indígenas e incorporar os conhecimentos tradicionais para a formulação de políticas, o estabelecimento de um grupo de trabalho que atenda à contaminação plástica no oceano e o trabalho para prevenir o desmatamento e restaurar os ecossistemas. Ao mesmo tempo, anunciou que o Canadá trabalhará para fortalecer o documento, para que inclua referências específicas às leis de

biodiversidade. Também expressou o compromisso de seu país de fortalecer a redação do documento, em relação à mudança do clima e mulheres e meninas, e seu papel como agentes de mudança.

A Delegação do Equador enumerou diversas políticas nacionais e acordos internacionais para fortalecer o cuidado do meio ambiente. Também abordou o conceito de responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Finalmente, expressou seu desejo de participar do Grupo de Trabalho.

A Coordenadora Nacional de El Salvador ressaltou que vêm sendo realizadas consultas com a instituição dirigente em âmbito nacional. No entanto, coincidiu na necessidade de se apostar na preservação dos oceanos, bem como na adaptação e resiliência climática, e ressaltou que, para isso, se necessita apoio técnico e financeiro. Finalmente, comemorou a incorporação da questão do desmatamento, da água potável e do saneamento, além do manejo dos resíduos sólidos.

A Embaixadora Bueno, da República Dominicana, confirmou que enviarão suas considerações sobre os Projetos de Compromisso e anunciou seu interesse em liderar a mesa de trabalho de futuro verde ou a de energia, atentos à experiência de seu país nesses temas. Ao mesmo tempo, reconheceu a necessidade de se ampliar o financiamento para a adaptação.

O Coordenador Nacional da Argentina anunciou que apresentariam observações mais detalhadas tão logo se constitua o Grupo de Trabalho. No entanto, ressaltou que não podem aceitar o título do documento, “Nosso Futuro Verde”, já que a palavra “verde” privilegia a dimensão ambiental sobre a econômica e social do desenvolvimento sustentável, razão pela qual creem que deveria chamar-se “Nosso Futuro Sustentável”. Do mesmo modo, reiterou que alguns dos objetivos propostos são demasiado ambiciosos, inclusive com iniciativas que poderiam ter implicações econômicas negativas sobre a sustentabilidade. Por outro lado, mencionou que em alguns parágrafos são mencionadas questões que já vêm sendo tratadas em outros foros e sobre as quais não há ainda consenso, razão pela qual sugeriu usar uma linguagem internacionalmente acordada em convenções existentes.

A Delegação da Colômbia argumentou que o documento tem elementos ambiciosos, mas que, à medida que sejam discutidos, será possível chegar a um texto que reflita as necessidades dos Estados. Do mesmo modo, a delegação destacou que para a Colômbia o desmatamento, a conservação de ecossistemas e a mudança do clima são fundamentais

Por outro lado, formulou alguns comentários específicos sobre o texto: com relação ao item 1c, sugeriu acrescentar, após “desmatamento”, a frase “de maneira que contribua para maior ambição na redução dos efeitos, em conformidade com a ciência, para manter vivo o objetivo do aquecimento global de 1,5 graus centígrados”. Sobre o item 1d, solicita substituir a palavra “eliminar” por “promover a eliminação” ou “continuar promovendo a eliminação”, já que se trata de uma meta demasiado ambiciosa, que seria bastante complexa para os processos de acompanhamento. Quanto ao item 1f, gostaria de substituir o termo “exigir” por “garantir”, a fim de que não se repita a palavra. Finalmente, no quarto item, pede que se faça alusão à resiliência diante de desastres.

A Delegação do Paraguai se comprometeu a reunir as considerações sobre esse projeto com a maior brevidade possível. No entanto, apresentou algumas considerações gerais: compartilhou as observações formuladas sobre as responsabilidades comuns, mas diferenciadas, a menção ao financiamento e investimento, os compromissos políticos sólidos, além da adoção de práticas e revisão de legislação.

A Coordenadora Nacional Adjunta da Guatemala apoiou as observações sobre a noção de responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Também mencionou que, na Cúpula de Glasgow, seu país solicitou que a América Central seja considerada uma região altamente vulnerável ao impacto dos desastres naturais, e abordou a necessidade de se optar por financiamento climático ágil, bem como pela concessão de seguros paramétricos para a reconstrução da infraestrutura.

g) Debate sobre o projeto de compromisso político: Acelerando a Transição para a Energia Limpa

Exposição do Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos, Kevin O'Reilly

O Senhor O'Reilly apresentou o terceiro Projeto de Compromisso Político: “Acelerando a Transição para a Energia Limpa”, que foi distribuído como documento [GRIC/O.1/doc.69/22](#).

Destacou que esse enfoque reflete o reconhecimento da crescente urgência de se abordar a mudança do clima, reduzir as emissões e criar novas oportunidades econômicas que as economias de energia limpa oferecem. Portanto, salientou a necessidade de se agir mediante o estabelecimento de definições claras e a determinação de impedimentos e soluções para o comércio e o investimento em energias limpas até o final de 2022.

O Senhor O'Reilly afirmou que as Américas podem ser um exemplo para o mundo, comprometendo-se a abordar a crise climática, aproveitando as conquistas registradas na COP26. Também propôs que todos os países se somem aos 24 da região que apoiaram o Compromisso Global pelo Metano. Além disso, esclareceu que os Estados Unidos incentivarão os governos a somar-se aos 15 países que já apoiam a iniciativa “Renováveis na América Latina e no Caribe” (RELAC).

Comentários das delegações

As delegações do Equador, Canadá, El Salvador, Colômbia, Guiana, Peru, Guatemala e Trinidad Tobago apoiaram a apresentação do Projeto de Compromisso: “Acelerando a Transição para a Energia Limpa”. Do mesmo modo, as delegações de El Salvador, Colômbia, Guiana e Peru destacaram que o documento vem sendo submetido a consultas nas instâncias nacionais respectivas.

O Embaixador Morejón Pazmiño, do Equador, ressaltou que a gestão integral e sustentável dos recursos e programas que promovem a sustentabilidade energética e o desenvolvimento de políticas nacionais integrais permitirão uma transição energética. Também salientou o papel da ação público-privada junto às instituições financeiras multilaterais para a concretização de projetos.

A Delegada do Canadá salientou o interesse de seu país em trabalhar nesse grupo e também mencionou que o documento coincide com as prioridades do Canadá em matéria de energias limpas, entre elas, sua estratégia de economia azul e sua participação no “Painel de Alto Nível para uma Economia Oceânica Sustentável”, que implica um enfoque para financiar a energia limpa, desenvolver uma infraestrutura limpa e capitalizar as estratégias de recuperação de covid-19.

Por outro lado, a Senhora Cohen destacou a necessidade de se incluir os povos indígenas nessa estratégia e mencionar o intercâmbio de melhores práticas sobre infraestrutura de transporte de energia e desenhos urbanos inclusivos e equitativos. Do mesmo modo, embora tenha acolhido com

satisfação o compromisso de pôr fim ao financiamento público de novos e contínuos projetos de geração de energia a partir do carbono até o final de 2022, solicitou que esse financiamento se encerre de imediato e acrescentou que os fundos destinados à geração de energia a partir do carbono devem ser retirados de acordo com o cronograma do Acordo de Paris. Ao mesmo tempo, reconheceu que o petróleo e o gás continuam sendo motores fundamentais da economia mundial, da segurança energética e da inovação em tecnologia limpa. Nesse sentido, destacou que o Canadá continua trabalhando com parceiros da indústria para avançar em novas tecnologias, a fim de descarbonizar os setores de petróleo e gás. Por último, propôs trabalhar nesse fórum para assegurar o desenvolvimento de tecnologias, tais como o armazenamento de energia, a captura de carbono e o aproveitamento, entre outras.

O Coordenador Nacional do Brasil reiterou que parece haver um desequilíbrio entre esse documento e o do futuro verde, sobretudo levando em conta a contribuição da energia para o problema da mudança do clima. Por outro lado, sugeriu harmonizar o uso da terminologia “eficiência energética”, em lugar de “conservação da energia” e “adaptação à mudança do clima”, em lugar de “resiliência climática”. Do mesmo modo, quanto ao parágrafo 4º, sugere o uso do termo “mitigação”, bem como o uso da frase “em consonância com as Contribuições Nacionalmente Determinadas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima” e o uso da expressão “para acelerar o processo de transição energética para uma economia de baixo carbono”. Do mesmo modo, declarou que tem dúvidas sobre se a segunda parte do parágrafo 8º deveria ser mantida e sobre os qualificativos do parágrafo 10. A respeito do parágrafo 11, esclareceu que o país não tem o costume de estabelecer objetivos vinculantes para a expansão de formas específicas de energia.

O Coordenador Nacional Adjunto de El Salvador destacou que aumentar o uso de energias alternativas é prioridade nacional e se propôs presidir o grupo.

A Delegação da Colômbia solicitou que, no terceiro parágrafo, se leve em conta que nem todos os países dispõem dos mesmos recursos para se adaptar às mudanças que o encerramento do financiamento público no curto prazo implica. Mais especificamente, pediu a reavaliação da razoabilidade do termo “final de 2022”. Finalmente, abordou a questão da tradução para o espanhol da expressão “novos e contínuos projetos” e perguntou se poderia ser um erro.

A Guiana solicitou um enfoque mais detalhado sobre o aspecto de crescimento econômico e acrescentou que os compromissos muito ambiciosos devem ser considerados com muito cuidado por suas autoridades. Ao mesmo tempo, salientou que não é membro da iniciativa mencionada no sexto parágrafo. Com respeito ao parágrafo sétimo, pediu que se esclareça se se espera que todas as atividades mineradoras sejam impulsionadas por energias renováveis. Em relação ao parágrafo nono, solicitou um enfoque mais amplo sobre a destinação de fundos. Por último, em relação ao parágrafo onze, declarou que algumas consultas seriam realizadas quanto à energia renovável em alto-mar.

O Coordenador Nacional do Peru considerou que o maior desafio reside na necessidade de assegurar os meios para sustentar uma transição energética.

A Delegação da Guatemala expressou seu interesse em contribuir para o documento.

Por último, o Coordenador Nacional de Trinidad e Tobago informou que enviaria uma versão escrita de sus comentários. Abordou a noção de uma transição energética justa, ao mesmo tempo que destacou que o princípio de equidade surge novamente nesse âmbito. Também mencionou que a

transição energética implica resiliência tanto econômica como ambiental. Do mesmo modo, reiterou o interesse de seu país em trabalhar nesse projeto de compromisso. No entanto, salientou que não há uma menção específica à juventude e solicitou sua participação, assim como a da sociedade civil.

6. Debate sobre o projeto de compromisso político: Programa Regional para a Transformação Digital

Exposição do Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos, Kevin O'Reilly

O “Programa Regional para a Transformação Digital” foi distribuído como documento [GRIC/O.1/doc.70/22](#). O Presidente do GRIC esclareceu que esse documento propõe uma exposição sucinta de princípios comuns, bem como o compromisso de estabelecer o primeiro programa regional de transformação digital até fins deste ano.

O Senhor O'Reilly afirmou que a covid-19 e seu desproporcional impacto nas populações vulneráveis mostra a importância de se reduzir a lacuna digital. Destacou que o futuro dos países, dos cidadãos e das empresas é digital, e que a capacidade de êxito da região depende cada vez mais de que se defina uma visão comum sobre como intercambiar informação e garantir que as pessoas estejam conectadas.

O Coordenador Nacional dos Estados Unidos salientou que é possível assentar uma base sólida para aumentar a competitividade e a conectividade regionais, por meio do estabelecimento de princípios comuns nesse espaço. Esclareceu que os Ministros poderiam reunir-se em seguida, levando em conta esses princípios comuns, para determinar ações mensuráveis que acelerem a transformação digital, o que, por sua vez, aumentaria a inovação, a equidade, a inclusão, a transparência governamental e a facilidade para fazer negócios.

Comentários das delegações

As delegações da Colômbia, Equador, Jamaica, Guiana, Brasil, Peru, El Salvador, Canadá, Trinidad e Tobago e Guatemala expressaram seu apoio à apresentação do documento “Programa Regional para a Transformação Digital”.

A Delegação da Colômbia reiterou seu interesse em presidir ou copresidir o grupo e afirmou que enviaria seus comentários por escrito.

O Equador informou sua disposição de colaborar nos diálogos sobre essa matéria. A delegação acrescentou que confere grande importância à geração de ecossistemas digitais dinâmicos e resilientes, capazes de apoiar as economias, o fomento do respeito aos direitos humanos, o aumento da competitividade e o investimento e a erradicação da lacuna digital.

A Jamaica expressou seu desejo de ser considerada para copresidir esse grupo de trabalho e destacou a oportunidade que representa abordar esse tema para criar resiliência mais forte e inclusiva no processo de recuperação da pandemia. A delegação enumerou vários programas e eventos que seu governo vem realizando nesse sentido, e destacou que a educar e capacitar, atender aos problemas de conectividade, transformar a forma mediante a qual se fazem negócios e eliminar a lacuna digital e a transição para o comércio eletrônico poderiam ser alguns dos catalizadores do crescimento no Hemisfério.

A Delegação da Guiana anunciou que participará substancialmente desse grupo. Ademais, a delegação propôs que se dispense atenção mais sustentada à eliminação das lacunas digitais, tanto dentro do país como entre países. A delegação afirmou também que, para assumir esses compromissos de maneira efetiva, o financiamento, o desenvolvimento de competências, a cooperação internacional e o fortalecimento e melhoria da infraestrutura digital são elementos fundamentais.

O Coordenador Nacional do Brasil destacou que o documento é compatível com as iniciativas de seu país, sobretudo com aquelas desenvolvidas de forma conjunta em fóruns regionais da CEPAL, da OEA e do Mercosul. Por outro lado, esclareceu que fará chegar comentários adicionais por escrito, embora tenha se referido de maneira preliminar a dois parágrafos: em relação ao décimo terceiro, alertou para uma possível duplicação de esforços. Com respeito ao décimo segundo parágrafo, argumentou que criaria compromissos de concretização improvável, em virtude da dificuldade de se criar legislações interoperáveis. Nesse sentido, propôs que se discuta a promoção das normas e melhores práticas nesse âmbito.

A Delegação do Peru ressaltou que a proposta responde apropriadamente à necessidade de se avaliar o impacto da transformação digital na reconfiguração política, econômica e social do sistema internacional, na medida em que é compatível com o aproveitamento dessa tendência de fortalecer o crescimento. Do mesmo modo, comemorou que os componentes expostos visem não só a melhorar o funcionamento dos governos ou propiciar o acesso dos mercados globais a serviços básicos, mas a usar responsável e eticamente a tecnologia.

A Embaixadora Acevedo, de El Salvador, abordou a oportunidade de se reduzir a lacuna digital de forma inclusiva e com enfoque de gênero, e de se colocar à disposição dos governos e das pessoas ferramentas inovadoras existentes em áreas como comércio eletrônico, tecnologias financeiras, de saúde e educativas. Também reiterou a necessidade de se fortalecer a cooperação nesses temas e manifestou sua disposição de compartilhar as experiências de seu país.

A Coordenadora Nacional do Canadá destacou que o texto estabelece claramente os princípios da inclusão digital e informou que gostaria de fazer parte desse grupo. Referiu-se à presidência do país como *Freedom Online Coalition* e mencionou como seus pilares de inclusão digital coincidem bem com o documento. Ademais, reiterou a ideia de fazer esse trabalho concordar com contextos mais amplos como a Mesa-Redonda do Secretário-Geral da ONU para a Inclusão Digital, bem como com outras iniciativas que promovam a participação cidadã e a segurança *online*. Ao mesmo tempo, anunciou que o Canadá preparou um livro de jogos para a igualdade de gênero na era digital, que contém as melhores práticas nessa área e se ofereceu para compartilhá-lo para contribuir com informação para as deliberações sobre política durante as negociações.

A Delegação de Trinidad e Tobago manifestou seu interesse em participar da redação do documento, informou que apresentará seus comentários por escrito e salientou a relação entre a transformação digital e o crescimento, bem como com a governança e a equidade de gênero. Ressaltou ainda que entende que os resultados de uma transformação digital efetiva gerarão maior confiança pública.

A Delegação da Guatemala destacou que, em matéria de crescimento e prosperidade, é importante gerar ações voltadas para a recuperação, e que a inclusão de ferramentas digitais é fundamental nesse sentido. Explicou que essas ferramentas podem agilizar o comércio exterior e

impulsionar o crescimento, e que asseguraram a continuação dos processos durante a pandemia. Finalmente, a delegação reiterou sua intenção de trabalhar com esse grupo.

h) Debate sobre o projeto de compromisso político: Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática

Exposição do Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos, Kevin O'Reilly

O Senhor O'Reilly apresentou o quinto e último Projeto de Compromisso Político, o "Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática", que foi distribuído como documento [GRIC/O.1/doc.71/22](https://www.gric.org/pt/doc/71/22).

O Coordenador Nacional dos Estados Unidos destacou que o documento apresenta ações concretas para colocar em prática os compromissos comuns da região em matéria de democracia, governabilidade transparente e boas práticas regulatórias, combate à corrupção, direitos humanos, Estado de Direito, diversidade, inclusão social e gênero, raça e equidade étnica. Da mesma forma, explicou que o Plano de Ação reflete a necessidade de se trabalhar com a sociedade civil e o setor privado para implementar os compromissos dos líderes.

Com respeito aos compromissos anteriores sobre democracia, o Senhor O'Reilly salientou que os governos já acordaram vários, entre eles a Carta Democrática Interamericana, a Convenção Interamericana contra a Corrupção e o Compromisso de Lima. Nesse sentido, esclareceu que não é necessário promover novas declarações, mas acordar ações para implementar as obrigações vigentes, fazendo, ao mesmo tempo, melhor uso dos mecanismos existentes para incentivar os países que não chegaram a cumpri-las.

Por último, propôs que se conclua o Plano de Ação sobre Governabilidade Democrática para que as autoridades possam aprová-lo durante a Nona Cúpula e o ponham em prática antes da Décima Cúpula.

Comentários das delegações

As delegações do Peru, Canadá, Guiana, Panamá, Costa Rica, Argentina, Guatemala e Equador manifestaram seu apoio ao Projeto de Compromisso Político: "Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática" apresentado.

A Delegação do Peru destacou a importância de se aprofundar os intercâmbios no Grupo de Trabalho para abordar essas contribuições, que em alguns casos poderiam supor inclusive reformas constitucionais. Também agradeceu o reconhecimento do Compromisso de Lima e coincidiu na importância de se avançar no cumprimento das medidas nele contempladas. Nesse sentido, afirmou que espera que logo se possa concretizar o traslado da Plataforma do Mecanismo para a Secretaria de Cúpulas. Ademais, apoiou a incorporação de elementos da Declaração Política aprovada em junho de 2021, no período extraordinário de sessões das Nações Unidas liderado pelo Peru. Por outro lado, ofereceu sua liderança do grupo e informou que buscará destacar o vínculo entre a governabilidade democrática e a promoção e defesa de direitos e liberdades fundamentais.

A Coordenadora Nacional do Canadá ofereceu-se para copresidir o grupo e destacou que resta mais por fazer para consolidar os princípios democráticos no Hemisfério, e que a Cúpula é uma

oportunidade para continuar a fazê-lo. Nesse sentido, afirmou que o Plano de Ação poderia ajudar a abordar os novos desafios para a democracia, como as tecnologias emergentes ou as redes sociais, mantendo os compromissos assumidos em Lima para combater a corrupção.

A Delegação do Paraguai, embora tenha reiterado seu compromisso com os princípios democráticos e com o respeito irrestrito ao Estado de Direito e a promoção dos direitos humanos, informou que, após revisar preliminarmente o texto, observou que há termos que teriam dificuldade de acompanhar. Ressaltou que fará o possível para reunir propostas construtivas.

O Coordenador Nacional do Brasil informou que comparte a essência da Seção A do documento, ao mesmo tempo que fará chegar seus comentários com relação ao item terceiro, já que é necessário realizar consultas internas. Também sugeriu que o nono parágrafo incorpore a palavra “autoridades” antes de “indígenas”, e que se acrescente a expressão “casos previstos no ordenamento jurídico interno”. A respeito do décimo parágrafo da Seção B, propôs a inclusão de um novo item: “Promover medidas de integridade pública, a fim de fortalecer os mecanismos destinados a prevenir, detectar, punir e remediar as práticas corruptas, a fraude e as irregularidades ou faltas éticas”. Quanto ao item 7º do parágrafo 14, afirmou que, caso não haja outra menção à cooperação no documento, que se destaque ali o processamento eletrônico de pedidos de cooperação.

A Delegação da Guiana sugeriu que os rastafáris sejam incluídos na lista de populações mencionadas no projeto de compromisso. Do mesmo modo, solicitou que se acrescente a expressão “e outras etnias”, uma vez que existem múltiplos grupos afetados pela desintegração das democracias. Ao mesmo tempo, a delegação solicitou esclarecimentos sobre a ideia subjacente à proposta de estabelecer um mecanismo regional para avaliar as ameaças novas e emergentes à democracia e sobre a ideia de “alteração ou perturbação da ordem constitucional”, mencionada no parágrafo 2a. No parágrafo 3a, propôs explorar como incorporar as pessoas com deficiência e no parágrafo nono sugeriu substituir a palavra “governos” por “comunidades”. Com respeito ao parágrafo 10c, embora apoie o princípio, sugeriu a substituição das recomendações da OCDE por iniciativas regionais. Finalmente, expressou sua preocupação de que uma proliferação de mecanismos tivesse repercussões orçamentárias.

O Presidente respondeu que certos tipos de desinformação afetam a governabilidade democrática e que esse tema foi um exemplo de novos desafios emergentes. Também tomou nota do ponto sobre a governabilidade indígena, embora mencionasse que os governos do Hemisfério mantêm relações de tratados com as comunidades indígenas que, com efeito, detêm autoridades governamentais próprias.

O Senhor Ricardo Pichel, da Delegação do Panamá, anunciou que apresentará propostas que busquem reiterar o papel de pessoas vulneráveis, inclusive mulheres, e pessoas com deficiência na criação de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

A Delegação da Costa Rica destacou que vê um vínculo entre as garantias democráticas e a construção de sociedades inclusivas, pacíficas e de progresso. Também anunciou que se compromete a aprofundar esforços pela implementação do Compromisso de Lima, e que se somará ao diálogo sobre questões de transparência, responsabilização e combate à corrupção, e a necessidade de robustecer o acesso à justiça, a liberdade de imprensa e a promoção de equidade de gênero nas políticas.

A Delegação da Argentina destacou a necessidade de se analisar como se avaliam as novas ameaças que atentam contra a democracia. Também abordou a definição do conceito de perturbação da ordem constitucional e recordou que essa expressão não consta da Carta da OEA nem da Carta Democrática Interamericana, onde só se fala de alteração.

Por outro lado, mencionou os conselhos eleitorais independentes e ressaltou que teriam de ser analisados de acordo com a legislação nacional de cada país. Além disso, argumentou que um conselho não garante que o processo eleitoral seja transparente, e que há mecanismos alternativos que funcionam, como é o caso de uma justiça eleitoral e dos órgãos eleitorais autônomos e independentes. Do mesmo modo, retomou a parte do texto relativa ao convite permanente às missões de observação eleitoral da OEA, e alertou que se poderia sugerir a obrigatoriedade, caso em que se deveria analisar à luz das legislações internas dos países. Também ressaltou a necessidade de que antes das missões de observação eleitoral haja um acompanhamento, que vá além do evento eleitoral específico.

Salientou que, embora concorde com a incorporação dos temas transparência e combate à corrupção, bem como da participação cidadã, sugeriu que se faça referência à agenda de gênero, populações LGBTIQ e populações vulneráveis. Também insistiu na ausência de um capítulo referente à cooperação e capacitação de atores governamentais e sobre o fortalecimento institucional, argumentando que um funcionário público capacitado e a necessidade de que as instituições sejam fortes e permanentes são fundamentais para a democracia.

A Delegação da Guatemala destacou seu interesse em participar do grupo para que o texto reflita o compromisso da região com os princípios de governabilidade democrática constantes da Carta Democrática, e coincidiu na necessidade de se visibilizar o cumprimento do Compromisso de Lima.

O Delegado do Equador ressaltou que a proteção dos direitos humanos, em especial das pessoas vulneráveis, é condição fundamental para a existência de uma sociedade democrática, razão pela qual convidou a que se continue fortalecimento o Sistema Interamericano nesse sentido. Também reafirmou a vigência da Carta Democrática como instrumento para a promoção e defesa da democracia representativa. Finalmente, anunciou que continuará cumprindo o Compromisso de Lima, e convidou os Estados a que avancem na implementação das recomendações do MESICIC.

A Delegação da Bolívia esclareceu que estão realizando as consultas internas respectivas e anunciou que continuarão participando das próximas sessões. Destacou que veem com preocupação a redefinição do conceito de interrupção da ordem constitucional, ao utilizar o termo “perturbação” em lugar de “alteração”.

Por outro lado, ressaltou que a Bolívia sofreu uma ruptura constitucional que a levou a profundas reflexões, e afirmou que as encaminhará por escrito, já que considera que se trata de uma Cúpula, cujos documentos aprovados teriam um efeito importante, mas não supririam os tratados internacionais que fazem parte da OEA. Com relação às Missões de Observação Eleitoral, destacou que a Bolívia sempre havia defendido um critério favorável à participação da OEA até a experiência da auditoria eleitoral, em outubro de 2019, cujos resultados, afirmou, foram nefastos para a democracia e a institucionalidade. Nesse sentido, afirmou que a ruptura da ordem constitucional foi detonada pela ação incorreta de uma missão de uma auditoria eleitoral, sobre a qual está solicitando as respectivas auditorias.

O Presidente agradeceu às delegações os comentários e ofereceu a palavra aos representantes do GTCC que desejassem compartilhar seus pontos de vista sobre os compromissos.

José Antonio Ardavin, da Delegação da OCDE, destacou a experiência do Compromisso de Lima, e salientou a importância do acompanhamento adequado para implementar suas disposições. Nesse sentido, reiterou que sua organização contribuiu com recomendações concretas em matéria de integridade, que, afirmou, continuam sendo válidas, sobretudo para o último Projeto de Compromisso. Também comemorou a referência à recomendação da OCDE sobre contratações públicas, na medida em que ofereceu outros instrumentos jurídicos relevantes. Afirmou que muitos desses documentos servem como referência e se nutrem das melhores práticas regionais, como é o caso do de inteligência artificial e do de conectividade de banda larga, que são pertinentes para o compromisso político sobre transformação digital. Finalmente, argumentou que seria desejável dispor de um compromisso político em matéria de crescimento equitativo e prosperidade.

8. Considerações finais, outros assuntos e encerramento da reunião

O Equador pediu esclarecimento a respeito dos Grupos de Trabalho, sua criação, constituição e dinâmica de trabalho.

O Brasil solicitou que as reuniões dos Grupos de Trabalho não sejam realizadas simultaneamente e que os documentos enviados pelos Estados sejam colocados à disposição dos Estados que são partes nos Grupos de Trabalho.

O Presidente respondeu que espera que a Secretaria de Cúpulas envie uma circular esclarecendo algumas questões de procedimento do grupo de trabalho.

A Delegação da Guatemala reiterou seu compromisso com o processo de Cúpulas e seu interesse em trabalhar em todos os grupos temáticos, zelando por que os compromissos sejam respeitosos da cultura e da legislação nacional dos países da região. Finalmente, solicitou à Secretaria de Cúpulas que envie por escrito as respostas às perguntas formuladas durante a reunião.

O Secretário de Assuntos Hemisféricos, Embaixador Lambert, declarou que valoriza a utilização da Secretaria de Cúpulas como canal de comunicação, ao mesmo tempo que afirmou que trabalharão com a Presidência sobre as respostas. Afirmou que seria ideal enviar as consultas tanto à Secretaria como à Presidência. Anunciou que se espera enviar proximamente um roteiro sobre como se procederá com a configuração dos Grupos de Trabalho, e lembrou às delegações a Reunião com as Altas Autoridades do GTCC, que estaria aberta a todas as delegações.

Não havendo comentários adicionais, o Presidente agradeceu a participação de todos os representantes do GTCC e seu papel no refinamento do pensamento das comunidades sobre esses temas e na ajuda aos países na preparação de propostas de mandatos com a maior firmeza possível para os líderes do Hemisfério. Também agradeceu aos intérpretes e à Secretaria Técnica da OEA o apoio na reunião e reiterou que espera trabalhar com todos para preparar, para a Cúpula de Los Angeles, um programa ambicioso e voltado para a ação.

Às 12h13 do dia 4 de fevereiro, a Presidência do GRIC declarou encerrada a reunião.